

# **Economia solidária, autogestão e sindicatos: empresas recuperadas em debate**

Resultado de investigação realizada

Grupo de Trabalho nº 8 – Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social

Maria Cecília Camargo Pereira

## **Resumo**

– O objetivo deste artigo é analisar a relação entre o cooperativismo e o sindicalismo, a partir de estudos de caso de empresas recuperadas no Estado de São Paulo. De fato, essa relação é importante não só para as fábricas recuperadas (na medida em que o sindicato pode representar um forte apoio para o empreendimento), mas para o próprio sindicato que, ao desenvolver uma política específica para esses experimentos, mantém o contato com trabalhadores de sua base que, sem isso, necessariamente se afastariam da entidade. Pretende-se verificar em que medida o apoio dos sindicatos foi e é importante para o surgimento, desenvolvimento e sustentabilidade das cooperativas e em que medida ele traz novos desafios para a atuação sindical.

**Palavras chaves** – economia solidária, sindicalismo, autogestão.

## **1 – Introdução**

O crescimento do desemprego, as novas configurações do trabalho e da própria organização econômica no Brasil, assim como em outras partes do mundo, vêm desencadeando um processo de surgimento de novas formas de trabalho. Nesse sentido, um considerável número de experiências coletivas de trabalho e produção estão se espalhando em todo o país. São distintas formas de cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, além de associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e organizações populares, que conformam em seu conjunto o que se denominou de economia solidária (Magalhães e Todeschini, 2000: 135).

Essas experiências foram sendo constituídas no país com mais força a partir da década de 1980, como consequência da crise econômica advinda da adoção de políticas neoliberais, que ocasionaram a perda de muitos postos de trabalho e a precarização de muitos outros. Com isso, o crescente desemprego e a insuficiência de políticas de geração de emprego e renda levaram um grande número de trabalhadores a buscar formas alternativas de obtenção de trabalho e renda, seja na economia informal, seja por meio da formação de cooperativas. No intuito de viabilizar estes novos empreendimentos, organizações foram se organizando para prestar-lhes serviços de assessoria, como a Cáritas Brasileira, entidade vinculada à CNBB; as cooperativas criadas em assentamentos de reforma agrária pelo MST; as ONGs e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, além da implementação de políticas públicas por meio dos governos municipais, estadual e federal.

Além dessas entidades, os empreendimentos puderam contar com o apoio de instituições constituídas pelo movimento sindical, que criou a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Co-gestão (ANTEAG); a Central de Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária (UNISOL/Brasil), criada e apoiada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT).

No intuito de aprofundar a formação dessas experiências, este artigo analisa a relação entre o sindicalismo e a autogestão, a partir das empresas recuperadas no Brasil. Nele, pretende-se identificar em que medida o apoio dos sindicatos foi e continua sendo importante para o surgimento, desenvolvimento e sustentabilidade das cooperativas.

De fato, essa relação é importante não só para as fábricas recuperadas (na medida em que o sindicato pode representar um forte apoio para o empreendimento), mas para o próprio sindicato que, ao desenvolver uma política específica para esses experimentos, mantém o contato com trabalhadores de sua base que, sem isso, necessariamente se afastariam da entidade. Apesar disso, os estudos sobre essa relação são extremamente escassos na literatura internacional em geral e na brasileira em particular.

Para tanto, serão analisadas cinco empresas recuperadas do Estado de São Paulo, sendo duas localizadas em Salto e três na região do ABC. É importante ressaltar que esses grupos estão formalmente vinculados à Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT).

As empresas recuperadas representam parte do universo no campo da economia solidária no Brasil. Neste sentido, o levantamento de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), finalizado no final de 2007, revela as seguintes características desses empreendimentos:

No que tange as formas de organização, os empreendimentos estão assim distribuídos: 52% sob a forma de associação; 36,5% são grupos informais; 10%, organizações cooperativas e 1,5% como outras formas de organização.

Os dados do SIES revelam a existência de 134 empresas recuperadas no país, compostas por 11.348 trabalhadores. Esse número corresponde a 0,61% do total dos empreendimentos econômicos solidários (EES) no país. A grande maioria dessas empresas, 72% estão localizadas no Centro-Sul do país. Ainda no que diz respeito à localização regional dessas empresas, identifica-se que as Regiões Sul e Centro Oeste concentram o maior número de estabelecimentos, perfazendo um total de 46 fábricas recuperadas em cada uma dessas regiões, atingindo o percentual de 52% do total. Na Região Sudeste o percentual de fábricas recuperadas atinge 20%, no Nordeste, 22% e Norte, 6%.

Ainda de acordo com o SIES, 62 das 134 fábricas recuperadas surgiram entre os anos de 1990 a 2000, ou seja, 44,8% do total. Já entre 2001 e 2005 foram recuperadas 50 fábricas.

## 2 - A CUT e a mudança da estratégia sindical: do novo sindicalismo ao sindicalismo cidadão e o apoio à Economia Solidária

Os anos 1990 foram um período de crise para o movimento sindical brasileiro. Após demonstrar uma grande capacidade de luta e combatividade, diante da tendência de precarização do emprego e do trabalho promovida pelas empresas como forma de adequação aos novos tempos, e de garantia de competitividade num mercado cada vez mais internacionalizado, o chamado “novo sindicalismo” passou por problemas semelhantes aos enfrentados pelo sindicalismo internacional. A deterioração dos benefícios sociais, o aumento do desemprego e a consequente diminuição do número de sindicalizados colocaram para o movimento sindical novos desafios e novas questões a serem debatidas.

No que respeita à CUT essas transformações atingiram profundamente seus pressupostos, a partir de seu III Congresso realizado em 1988. Sua pluralidade política e ideológica tinha avançado desde o II Concut (ocorrido em 1986), para uma convergência em torno de ideais socialistas, convertendo-se em uma Central com claros contornos anticapitalistas. Mas ao término do III Concut, esse debate retorna, expressando uma contradição vivenciada no ideário e na prática da Central, sintetizado na existência de dois grandes blocos no seu interior. O bloco majoritário, aglutinado em torno da Articulação Sindical e o bloco minoritário, representado pela CUT pela Base (Antunes, 1995).

O desenho que a Central vem traçando desde então é de um intenso debate interno em torno de seus pressupostos e como se colocar diante de todas as transformações por que o sindicalismo vem passando face às mudanças que o trabalho sofreu a partir das modificações econômicas dos anos 1990.

Essas discussões mantêm-se até os dias atuais e, na verdade, se intensificaram com a crise do trabalho assalariado e o surgimento de novas e velhas formas de trabalho que vêm sendo (re)criadas, seja para garantir a competitividade das empresas, seja como forma de manutenção do emprego (Lima, 1999).

### **3 – Autogestão e sindicatos – uma análise dos dados**

#### **3.1 – Por que trabalhar em uma fábrica recuperada**

O objetivo deste item é verificar os motivos que levaram os trabalhadores das fábricas recuperadas em processo de falência a tomarem a iniciativa de recuperação da empresa. Os principais aspectos encontrados referem-se à manutenção do emprego, falta de perspectiva para arranjar outro trabalho, idade avançada e o longo tempo de trabalho na antiga empresa.

Pela análise dos dados encontrados afirma-se que todas as fábricas recuperadas iniciaram sua recuperação em um momento em que o mercado de trabalho passava por um período de crise, em que o desemprego estava em vias de se tornar uma realidade para esses trabalhadores.

Dados semelhantes foram encontrados em Vietez e Dal Ri (2001), a partir de um estudo realizado com cooperativas no Brasil que aponta que o desemprego ou a expectativa em relação ao emprego, é sem sombra de dúvida, um dos fatores que impulsionam a criação das organizações de trabalho associado.

Em todos os grupos analisados constata-se que os cooperados que permaneceram no empreendimento foram os mais velhos, próximos da aposentadoria e que tinham direitos trabalhistas devidos pela antiga empresa. Verifica-se ainda que os trabalhadores que permaneceram no empreendimento foram aqueles que possuíam poucas qualificações, já que todos os profissionais formados saíram da fábrica no momento do seu fechamento.

A análise das entrevistas permite afirmar ainda que a formação das empresas recuperadas ocorreu em um momento de retrocesso do mercado de trabalho brasileiro. Neste caso, a perspectiva de reinserção profissional para os trabalhadores dessas empresas falidas que possuíam baixa qualificação e com idade considerada avançada para a reinserção no mercado de trabalho eram escassas. Neste sentido, a recuperação das empresas foi importante para esses trabalhadores que, de fato, puderam manter seus empregos e gerar renda e aponta para a ideia de luta dos trabalhadores para garantir uma sobrevivência digna.

A vivência da recuperação vem, portanto, para esses trabalhadores, imbricada com o sentimento de resistência às condições que se lhes apresentavam. É na resistência ao desemprego que se avizinha, que as experiências de recuperação se iniciam.

#### **3.2 – Relação entre associados e conselho diretivo**

A direção das cooperativas é exercida pelo Conselho Administrativo eleito para um mandato de três anos. Ao final do exercício da função ocorrem novas eleições e é obrigatória a renovação de no mínimo 1/3 de sua composição. Neste caso, qualquer associado poderia ser eleito para atuar neste Conselho, assim como para o Conselho Fiscal, formado para fiscalizar as contas do empreendimento e com mandato de um ano, podendo reeleger apenas um 1/3 dos seus integrantes (de um total de seis membros). De acordo com a maioria dos Estatutos das cooperativas analisadas, os associados que compõem os dois Conselhos assumem dupla função, ou seja, este associado continua exercendo suas atividades anteriores concomitantemente à função em um dos Conselhos.

Isso significa que a eleição de um associado para um cargo na direção do empreendimento em caráter temporário não o afastaria de sua atividade cotidiana. Neste sentido, o caráter temporário da ocupação nos cargos de direção e a possibilidade de rotatividade daqueles que viessem a ocupá-los poderiam diminuir a separação entre dirigentes e dirigidos, assim como a perspectiva de inversão nas posições ocupadas poderia viabilizar que se eliminasse o caráter da instância dirigente como distante e desconhecida ao conjunto dos associados, afastando, por conseguinte, a figura do

líder. Os dirigentes estariam nesta condição porque, sendo eleitos pelo conjunto dos associados, assim como poderiam ser eleitos, seria possível também serem destituídos dos seus cargos, se assim a Assembleia Geral deliberasse (Holzmann, 2001: 36).

Na opinião dos dirigentes das cooperativas analisadas, a falta de rotatividade no Conselho Administrativo é responsabilidade dos sócios cooperados, já que os mesmos não expressam o desejo de ocupar essa função.

No entanto, ao serem questionados sobre esta questão, a grande maioria dos sócios cooperados que não participam do Conselho Administrativo afirmam que a falta de rotatividade nas funções dos Conselhos acontece por falta de estímulo dos associados em assumirem essa função.

De acordo com o Artigo 47 da Lei 5764/71, a sociedade cooperativa será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembleia Geral, com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração a cada eleição. Essa estrutura permite uma baixa rotatividade nos cargos de direção ou até uma permanência de alguns cargos por muito tempo.

De fato, esse foi um dos fatores apontados por vários associados como negativo no funcionamento do empreendimento. Segundo esses trabalhadores, os cooperados não desejam se candidatar aos Conselhos de Administração e Fiscal.

Situações semelhantes às encontradas nessas cooperativas podem ser verificadas no estudo realizado em dezenove cooperativas por Dal Ri (2001) no que diz respeito à existência de conflitos entre o coletivo e a direção da cooperativa. Nesse estudo, a autora constata a existência de duas possibilidades geradoras desses conflitos: i) a primeira ocorre quando a direção distancia-se do coletivo e passa a atuar com independência do mesmo, o que, geralmente, ocorre juntamente com a busca de manutenção de cargos; ii) a segunda acontece quando a direção não apenas atua com independência do coletivo, mas, ainda, é partidária da supremacia do executivo, erguendo-se em instância competente e própria para o exercício do poder.

Por fim, foi possível identificar que os associados têm conhecimento sobre a importância da rotatividade, mas não parecem dispostos a aceitar o desafio de administrar o empreendimento. Uma das hipóteses levantadas que podem explicar essa dificuldade diz respeito ao fato de que os associados não se sentem em condições de ocupar essa função, seja porque já estejam com idade avançada, seja devido à dificuldade de ultrapassar a cultura do trabalhador assalariado. Outra característica importante a ser ressaltada diz respeito ao posicionamento de alguns membros que ocupam as Diretorias desses empreendimentos. Neste caso, infere-se que, de fato, a gestão das cooperativas é realizada efetivamente pelos membros das Diretorias e não, pelo Conselho Administrativo, o que traz prejuízos para que aconteça de fato, a autogestão nesses grupos.

### **3.3 – A entrada de trabalhadores assalariados**

De acordo com os associados, apenas dois empreendimentos inseriram novos associados em seus quadros. No entanto, não se pode afirmar o mesmo no que diz respeito à contratação de trabalhadores assalariados. Neste sentido, todos os grupos analisados afirmam que, devido às necessidades produtivas, contrataram assalariados, o que trouxe novas questões para as cooperativas.

O debate sobre a existência de trabalhadores assalariados nos empreendimentos não é novidade. No caso italiano, por exemplo, não existem limitações para a entrada de assalariados. O mesmo não se pode afirmar sobre o Complexo Cooperativo de Mondragón, onde a contratação de assalariados não pode ultrapassar o limite de 10% do total de trabalhadores.

No Brasil, as primeiras experiências de fábricas recuperadas, acompanhadas pela Anteag, adotavam o mesmo critério de Mondragón, estabelecendo a mesma porcentagem em relação à contratação, mas não estabelecendo limites de tempo para que os assalariados permanecessem nesta condição.

Foi com o surgimento da UNISOL/Brasil e, particularmente, com a experiência da Uniforja que o modelo espanhol se transforma. Ao invés de limitar o número de empregados numa cooperativa, essas experiências passaram a limitar estatutariamente o tempo em que um trabalhador pode permanecer nesta condição. Ao final deste tempo, existem duas alternativas: ou ele é incorporado como associado ou deve ser demitido. Neste caso, a UNISOL/Brasil exige de suas cooperativas associadas que esteja previsto em estatuto o tempo máximo de três anos.

Contudo, a análise dos dados aponta que entre os cooperados esta questão é mais complexa e conflituosa.

Por meio dos relatos constata-se uma divisão de opiniões: há os associados favoráveis à contratação de assalariados, tanto pela necessidade produtiva, quanto pela necessidade de um período de experiência (uma espécie de estágio probatório) antes de se tornarem associados; há ainda os associados contrários a essa contratação por entenderem que a presença de trabalhadores assalariados em um empreendimento autogerido fere os seus princípios.

Para os favoráveis à entrada de assalariados, os principais argumentos relatados dizem respeito à necessidade produtiva dos grupos e à geração de oportunidades. Verifica-se ainda em outro relato, a preocupação de um associado com o comprometimento dos trabalhadores na cooperativa.

De fato, a questão do comprometimento com o grupo é contraditória, já que o vínculo que eles possuem com o empreendimento restringe-se à sua função enquanto trabalhador celetista. Cabe ressaltar, neste caso, que o desinteresse do celetista pela cooperativa pode ser explicado na medida em que eles são impedidos, estatutariamente, de participação nos espaços decisórios. Por conseguinte, não há como deduzir se alguns desses celetistas virão a ser incorporados como cooperados e muito menos como será sua relação com a cooperativa, caso isso realmente venha a acontecer.

Uma das alternativas encontradas por uma cooperativa, com o intuito de lidar com esta questão, é a previsão de realização de cursos de formação em economia solidária e cooperativismo para os trabalhadores que atualmente são assalariados na cooperativa.

Ainda no que diz respeito a esse mesmo empreendimento, verifica-se que o número de trabalhadores assalariados chega a ser superior ao dos sócios trabalhadores. Dal Ri (1999) ao analisar cooperativas, predominantemente agrárias, formadas no período da ditadura militar, encontra uma realidade bastante semelhante. Essas cooperativas utilizam um número proporcionalmente grande de trabalhadores assalariados. Esses trabalhadores ocupam uma posição subordinada na organização, estão sujeitos à exploração econômica, não participam do processo decisório da empresa e também não têm possibilidade de alterar seu Estatuto (Dal Ri, 1999: 16). De fato, vale o questionamento sobre como fica o ideal solidário em uma instituição em que mais da metade dos trabalhadores não são associados.

A Lei do Cooperativismo (Lei nº 5.764/71) prevê a possibilidade de contratação de trabalhadores assalariados pela cooperativa. Essa lei não prevê limite para essa contratação, mas reitera que os assalariados não participam na qualidade de membros associados do grupo.

Um dos aspectos que chama a atenção em relação a essa Lei é justamente a ausência de um limite na quantidade de trabalhadores contratados pela cooperativa na qualidade de assalariados. Dal Ri (1999) elabora um interessante questionamento a esse respeito ao identificar que esses trabalhadores assalariados não participam da gestão da cooperativa.

A ausência de limites para essas contratações é um dos gargalos que podem levar as cooperativas a problemas relacionados à gestão coletiva do empreendimento, na medida em que os assalariados são impedidos, estatutariamente, de participação nesses espaços decisórios.

De fato, a presença de assalariados nos grupos levanta a reflexão de como acontece a autogestão nos empreendimentos.

O debate sobre a autogestão nas cooperativas acontece desde os primórdios da formação de cooperativas. No Brasil as definições para este termo são muito semelhantes.

Para a Senaes, a autogestão é definida como “mais um ideal de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção” (MTE: 2004).

Já a Anteag afirma que a “autogestão é uma forma de organização coletiva cujo elemento essencial é a democracia. Ela se realiza na comunidade, escola, empresa, etc. Podemos dizer que a autogestão é a radicalização da democracia, no sentido de envolver a participação integral dos membros do grupo, acesso total às informações, conhecimento dos processos e, sobretudo, autonomia e autodeterminação” (Anteag: 2000).

Na opinião de Faria (2009), a autogestão pode ser definida como um modo de gestão que tem como pressuposto básico as relações de igualdade e a valorização do trabalhador na medida em que rompe o processo de alienação, expande e estimula a difusão do conhecimento, além de destruir a estrutura hierarquizada verticalmente de forma que todos se tornem conscientes de sua responsabilidade para com o sucesso ou insucesso da organização (Faria, 2009: 325).

De fato, a análise dos cinco empreendimentos aponta para a existência de fatores que desfavorecem a autogestão nos grupos. Neste sentido, a dificuldade para a rotatividade nos cargos diretivos, as altas diferenças de retiradas em alguns dos grupos analisados e as divergências em relação à inserção de novos trabalhadores são, de fato, fatores que interferem diretamente na forma de gestão das cooperativas.

## **4 - A relação com o sindicato**

### **4.1 – Atuação do sindicato no processo de recuperação**

Em todas as cooperativas analisadas o envolvimento dos sindicatos foi importante em sua formação. Destaque-se ainda que os sindicatos não apenas participaram no momento da formação destes empreendimentos, mas, em muitos casos, essa relação foi mantida de formas distintas, seja por meio do apoio político e da assistência técnica ou ainda a partir da realização de mediações entre os cooperados e assalariados, o que nem sempre ocorreu de forma tranquila.

Desta maneira, a primeira característica a ser destacada refere-se à atuação do sindicato no momento da formação dos grupos.

Em quase todos os empreendimentos analisados os associados relatam que o protagonismo exercido pelo sindicato na formação das cooperativas foi um dos aspectos preponderantes para o êxito das experiências.

Vale ressaltar ainda que a formação do empreendimento, em alguns dos casos, partiu do próprio sindicato. Esse foi o caso de um dos empreendimentos, onde a proposta de criação do grupo foi apresentada pelo sindicato, a partir do êxito da experiência de outra cooperativa já em funcionamento.

Contudo, esta relação de proximidade entre a cooperativa e o sindicato não se estende a todos os empreendimentos analisados. Esse foi o caso de outro grupo analisado, onde a atuação do sindicato não foi considerada pelos associados tão preponderante no momento de sua formação. Na opinião da maioria de seus cooperados, o Sindicato dos Metalúrgicos participou deste processo, mas não de forma satisfatória. Vale ressaltar ainda que, provavelmente como consequência da atuação sindical, os associados desta cooperativa não estão filiados ao Sindicato, embora estejam vinculados à Unisol.

Apesar deste caso, na grande maioria dos empreendimentos analisados, constata-se que a participação dos sindicatos no processo de formação das cooperativas, foi bastante intensa, principalmente até a concretização do empreendimento. Somado a isso, vale ressaltar que a alternativa de recuperar a empresa por meio da formação de uma cooperativa parece ter sido, em alguns casos, proposta pelo sindicato. Neste sentido, pode-se afirmar que o sindicato, em alguns casos, foi o protagonista deste processo, apresentando a alternativa de criação da cooperativa, incentivando e auxiliando os trabalhadores a concretizar essa possibilidade.

Contudo, por meio dos relatos constatamos também que essa relação tende a arrefecer após a concretização dos grupos.

## 4.2 – A relação como o sindicato e com a Unisol depois de consolidada a cooperativa

Se em um primeiro momento a atuação sindical junto às cooperativas foi bastante positiva, é preciso considerar, porém, a existência de mudanças e questionamentos nessa relação ao longo do tempo.

Um dado importante a ser destacado é que, mesmo após a recuperação da empresa, e, portanto, a transformação dos trabalhadores em cooperados, a grande maioria deles associou-se de forma espontânea ao sindicato, passando a contribuir regularmente com um percentual da retirada.

Contudo, essa filiação não é um consenso entre os cooperados entrevistados. A questão mais latente encontrada nos relatos diz respeito ao questionamento da representatividade e do papel do sindicato em relação aos associados.

Essa questão foi levantada por um associado de uma cooperativa que considera a relação da cooperativa com o sindicato contraditória, já que cabe ao sindicato o apoio aos trabalhadores assalariados.

Já na opinião de outro cooperado ao sindicato cabe o papel de representar os celetistas. Para ele, essa questão pode explicar o distanciamento da cooperativa em relação ao sindicato. Desta maneira, um questionamento recorrente nos relatos dos associados refere-se à representatividade do sindicato junto aos associados.

Neste sentido, inclusive, há, outros associados das demais cooperativas que se posicionam contra a filiação sindical, questionando a representatividade do sindicato.

No entanto, ainda no que se refere ao questionamento acerca da representação sindical, constata-se que o discurso dos membros pertencentes aos cargos diretivos nos empreendimentos encaminha-se de outra forma. Para eles, o sindicato está presente nos empreendimentos sempre que solicitado. Neste sentido, a falta de questionamento acerca da representação sindical pode ser entendida de duas formas: pelo fato de os membros pertencentes à direção dos empreendimentos estarem historicamente vinculados aos sindicatos; e ainda pela existência do diálogo entre os sindicatos e as cooperativas restringirem-se apenas aos seus diretores e membros da administração.

A dualidade dos sindicatos entre, por um lado, apoiar e atuar junto às cooperativas e, por outro, representar os seus assalariados ficou mais clara e complexa diante da ação sindical no momento da crise econômica ocorrida em 2009.

Os relatos apontam que todos os grupos analisados tiveram redução na produção, o que ocasionou demissões e diminuição dos salários dos celetistas, além do surgimento de tensões. De acordo com o presidente de um dos grupos analisados, todas as ações colocadas em prática pelo empreendimento foram anteriormente discutidas com o sindicato.

Além da dualidade de opiniões sobre a representação dos trabalhadores, outro elemento que pode interferir no distanciamento dos sindicatos com os grupos diz respeito ao próprio conflito no interior do sindicato sobre sua atuação junto às cooperativas. Desta forma, na opinião de alguns dos associados, a atuação sindical não se faz mais presente nas cooperativas devido a divergências no interior dos próprios sindicatos.

Observe-se, contudo, que apesar de todas as complexas questões que permeiam a relação entre as cooperativas e o sindicato, o vínculo de um dos grupos com o sindicato continua intenso. A cooperativa participa ativamente da vida sindical por meio do Comitê Sindical de Empresa (CSE) e da Unisol, que tem inclusive na presidência um associado do empreendimento. O CSE está formado por quatro trabalhadores associados. O objetivo desse Comitê é representar as cooperativas junto ao sindicato, participando de reuniões e discutindo questões das empresas recuperadas. De acordo com um associado membro do CSE, esse Comitê faz uma ponte entre o sindicato e os trabalhadores, tanto os associados quanto os assalariados, discutindo todas as questões da cooperativa.

Ainda de acordo com esse cooperado, cabe ao Comitê discutir questões específicas da categoria, como o Programa de Participação nos Lucros e Resultados.

Por fim, a análise das entrevistas indica a existência de contradições nas relações entre os associados e o sindicato. Os cooperados continuam contribuindo com a entidade, embora

questionem qual é a representatividade do sindicato em relação a eles, já que a função do sindicato é de representar os trabalhadores celetistas. Além disso, vale ressaltar que a maioria das cooperativas analisadas possui cerca da metade de seus trabalhadores assalariados e, em sua maioria, sindicalizados.

Outro aspecto também observado foi o de que, apesar de estarem oficialmente sindicalizados, os sócios trabalhadores, em sua grande maioria, não estão satisfeitos com a atuação sindical na cooperativa e tem dificuldade em visualizar como concretamente essa relação acontece. Ao que parece, a manutenção da filiação é mantida por pressões de lideranças nas cooperativas que possuem estreitas vinculações com os sindicatos e as entidades de apoio à economia solidária.

Contudo, as dificuldades na relação com o sindicato não impedem que as cooperativas participem ativamente da Unisol. De fato, verifica-se que essa relação vem sendo consolidada desde a formação dos grupos e a Unisol parece corresponder às expectativas de representação política dos trabalhadores associados dos empreendimentos analisados.

## **5 - Considerações finais**

A globalização, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva ocasionaram profundas modificações na configuração do trabalho. Diante dessas reconfigurações, novas formas de inserção no mercado de trabalho foram sendo constituídas.

No Brasil, a partir do final da década de 1990, as consequências do neoliberalismo começam a ser sentidas pelos trabalhadores que, diante de um contexto em que a perda de direitos e de postos no mercado formal de trabalho, começam a procurar novas alternativas para gerar renda e manter suas atividades produtivas. Neste sentido, a recuperação de empresas por meio da autogestão foi uma resposta encontrada pelos trabalhadores para manter sua atividade produtiva e gerar renda. Esse movimento ficou conhecido no país como Economia Solidária.

O sindicalismo também sofreu as consequências da crise econômica que se abateu sobre o país. Até o final da década de 1980, o movimento sindical brasileiro passou por um momento de dinamismo e de representação dos interesses das mais distintas categorias de trabalhadores. Neste sentido, ressaltou-se a criação de duas das mais importantes centrais sindicais no Brasil, a CUT e a Força Sindical e a fundação do Partido dos Trabalhadores.

Contudo, a partir da década de 1990, diante do aumento do desemprego e da deterioração do perfil da ocupação, a preocupação em resguardar o emprego ocupou o lugar das demandas salariais nas negociações coletivas. Essa conjuntura trouxe para o sindicato a necessidade de buscar soluções negociadas para tentar conter o desemprego. Diante dessa nova conjuntura, a concepção do sindicalismo cutista passou por transformações: se em um primeiro momento a CUT propunha a superação da estrutura corporativista pela via revolucionária, num segundo momento, optou por uma solução de tipo mais negociada.

É diante dessa nova conjuntura que o desemprego passou a ser uma das principais questões discutidas nos sindicatos e o sindicalismo adiciona em seus debates a proposta da economia solidária.

No entanto, a incorporação dessa pauta trouxe novos desafios para o sindicalismo que até então tinha sua atenção voltada especialmente para os trabalhadores mais qualificados e inseridos no mercado formal de trabalho.

Ressalte-se ainda que a aproximação do sindicalismo com a economia solidária é um fenômeno raro. Em termos gerais, o sindicalismo se mantém distante desta temática, já que essa aproximação acontece apenas no Brasil e na Itália. Neste sentido, esta pauta não é um consenso entre os sindicalistas, já que para muitos, a incorporação da economia solidária na pauta sindical pode ser entendida como a defesa da precarização do trabalho e dos direitos.

Já na opinião dos associados das fábricas recuperadas, a participação dos sindicatos foi fundamental para o fortalecimento das experiências de recuperação de fábricas falidas, tanto no que diz respeito ao apoio técnico, quanto em um âmbito político, principalmente em seus momentos iniciais.



No entanto, percebe-se que essa relação arrefeceu. A partir do momento em que os empreendimentos se concretizaram, a ação sindical não vem se destacando pelo apoio a esses grupos. A análise dos dados aponta ainda que a grande maioria dos associados entrevistados questiona essa representatividade, já que o sindicato historicamente sempre defendeu os assalariados e essa realidade do assalariamento está também presente nesses empreendimentos. Vale ressaltar a presença de representantes sindicais no momento da negociação com as cooperativas que demitiram muitos assalariados em virtude da crise econômica que se abateu sobre a economia em 2009.

Ainda no que tange à relação sindical, destaca-se a importância da Unisol na representação das cooperativas, sobretudo do ponto de vista político.

Os dados da pesquisa evidenciam ainda que os empreendimentos também possuem muitas dificuldades no que tange à efetividade da autogestão. Neste sentido, vale questionar até que ponto a participação nas decisões e o envolvimento desses associados é efetiva, para não falar dos assalariados, cuja participação na gestão desses empreendimentos se vê impossibilitada por sua própria situação contratual.

Desde as primeiras experiências de cooperativismo, os limites desse tipo de empreendimento foram sublinhados pelos pensadores sociais. Rosa Luxemburgo (1986) alertava para o duplo perigo que essas experiências enfrentavam: ou se tornavam exitosas e entravam na lógica do capitalismo, ou mantinham seus ideais de solidariedade e autogestão e acabavam sucumbindo à concorrência capitalista. O que esta pesquisa demonstra é que essa relação é ainda mais complexa e apresenta um conjunto de desafios a serem debatidos e enfrentados.

## 6 - Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Laís. O Resgate da Dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Editora da Unicamp: 1999.
- ALVES, Francisco. Economia Solidária e Empreendedorismo: vertentes antagônicas ou parceiras na geração de trabalho e renda? Mimeo. 2009.
- ANTUNES, Ricardo. A Rebelião do Trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. Campinas: Editora da Unicamp: 1998.
- ANTUNES, Ricardo. Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil. São Paulo: Ensaio, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. O Novo Sindicalismo no Brasil. Campinas: Pontes, 1995.
- BARBOSA, Mario dos Santos. Sindicalismo em Tempos de Crise: a experiência na Volkswagen do Brasil. Santo André: Alpharrabio: 2003.
- BLASS, Leila Maria da Silva. Novo Sindicalismo: Persistência e Descontinuidade. In: O Novo Sindicalismo: 20 anos depois. RODRIGUES, Jacob (org.). Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- BOITO, Armando Jr. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, Marco Aurélio, RAMALHO, José Ricardo (orgs). Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- CAMARGO PEREIRA, Maria Cecília. Experiências Autogestionárias no Brasil e na Argentina. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, Campinas, 2007.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. O Sindicalismo no Brasil: breve excuroso sobre mudanças e permanências. In: Cadernos Adenauer, Ano III, nº 2, 2002.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da Questão Social. Petrópolis. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.
- DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. Trabalho Associado: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- DAL RI, Neusa Maria (org.). Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

- DRUCK, Graça. Terceirização: (des)fordizando a fábrica. um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.
- FARIA, José Henrique de. Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.
- FARIA, Maurício Sarda de. Se a coisa é por aí, que autogestão é essa? Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli calçados. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.
- FRANÇA FILHO, Genauto. A economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO (org.). Ação Pública e Economia Solidária: Uma perspectiva internacional. Porto Alegre, Editora da UFRGS: 2006.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, Luiz Inácio. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel (org.). Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GAIGER, Luiz Inácio. Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS: 2004.
- GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária e o valor das relações sociais vinculantes. In: Revista Katálysis. Florianópolis: UFSC. 2008 (11).
- HOLYOAKE, George. Historia do los Pioneros de Rochdale. Buenos Aires, INTERCOOP, 1975.
- HOLZMANN, Lorena. Operários Sem Patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia. São Carlos: EdUFSCar, 2001.
- KREIN, José Dari. O Aprofundamento da Flexibilização das Relações de Trabalho no Brasil nos anos 90. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia. Universidade de Campinas, 2001.
- FRANÇA FILHO, Genauto. A economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO (org.). Ação Pública e Economia Solidária: Uma perspectiva internacional. Porto Alegre, Editora da UFRGS: 2006.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- LEITE, Márcia. A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: teorias e realidades. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS, 2009 (24).
- LIMA, Jacob Carlos. Para além do novo sindicalismo: a crise do assalariamento e as experiências com trabalho associado. In: O Novo Sindicalismo: 20 anos depois. RODRIGUES, Jacob (org.). Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- LIMA, Jacob Carlos. As Artimanhas da Flexibilização. O trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Editora Terceira Margem, 2002.
- LIMA, Jacob Carlos. O Trabalho Autogestionário em Cooperativas de produção: o paradigma revisitado. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. , ANPOCS, volume 19, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- LIMA, Jacob. Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial. In LIMA, Jacob Carlos (org.) Trabalho flexível e trabalho associado. São Paulo: Anablume Editora, 2007.
- LIMA, Jacob. Trabalho Autogestionário e Cooperativas: um debate internacional. Mimeo. 2008.
- LUXEMBURGO, Rosa. Reforma Social ou Revolução. São Paulo: Global, 1986
- MAGALHÃES, Reginaldo Sales; TODESCHINI, Remígio. Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
- MARONI, Amnéris. A Estratégia da Recusa. São Paulo: Brasiliense, 1982
- MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, Brasilmar Ferreira (orgs). A Nova Ordem Social: perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- MARX, Karl. Cooperativismo e Socialismo. Coimbra: Centelha, 1979.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MATTOSO, Jorge, POCHMANN, Márcio. Brasil: mudanças estruturais e o trabalho. Campinas: 1999 (mimeo).
- MOURIAUX, René. O sindicalismo dos países industrializados em fins dos anos 1970: efetivos, estruturas e estratégias. In: SANTANA, Marco Aurélio, RAMALHO, José Ricardo (orgs). Além da Fábricas: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- MOURIAUX, René. O sindicalismo dos países industrializados em fins dos anos 1970: efetivos, estruturas e estratégias. In: SANTANA, Marco Aurélio, RAMALHO, José Ricardo (orgs). Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Roberto Vêras. Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações de novo sindicalismo ao sindicalismo cidadão. Tese de Doutorado. Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: 2002.
- POLANYI, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- POCHMANN, Márcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Editora Contexto, 1999.
- POCHMANN, Márcio. Relações de Trabalho e padrões de organização sindical no Brasil. São Paulo: Editora Ltda, 2003.
- QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In SANTOS (org.) Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. São Paulo, Civilização Brasileira, 2002.
- RIQUE, Monica. Os Pioneiros de Rochdale e os Princípios do Cooperativismo. Mimeo.
- RODRIGUES, Iram Jácome. CUT: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1990.
- RODRIGUES, Iram Jácome. Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: a trajetória da CUT. Tese de doutorado. Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 1993.
- RODRIGUES, Iram Jácome (org.). O Novo Sindicalismo: vinte anos depois. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SANTANA, Marco Aurélio. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorientação. In: Cadernos Adenauer, Ano III, nº 2, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Boaventura. Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHIOCHET, Valmor. Empresas Recuperadas no Brasil: um retrato a partir do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. In: Revista de Economia Solidária. São Paulo: 2006 (2).
- SINGER, Paulo. Uma Utopia Militante: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- TUMOLO, Paulo Sergio. Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- WEBB Sydney; WEBB, Beatriz. Co-operative Production and Profit Sharing. In: Special Supplement to the New Statesment 2(45). 1914.
- ZARPELON, Sandra Regina. ONGs, Movimento Sindical e o Novo Socialismo Utópico. *Idéias*, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Ano 9 (1). Unicamp, 2002.

